

O Sistema de ciclos em movimento: os reflexos de Anísio Teixeira nos currículos praticados hoje

Rodrigo Torquato da SILVA¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo fazer análise que permita ampliar a compreensão de algumas políticas educacionais, que vigoram em grande parte do país, hoje, e que aparecem como idéias ditas inovadoras, como por exemplo, o Sistema de Ciclos de algumas Redes de Ensino público. A pretensão, é a de estabelecer uma relação entre as proposições de Anísio Teixeira, principalmente a que sugere uma escola pública comum (para a formação de hábitos e comportamentos na construção de um país forte e desenvolvido), com o discurso oficial e a implementação da proposta de Ciclos, na Rede Municipal de Niterói. Para esse diálogo-tensionamento faço uso das minhas observações e vivências nessa Rede de Ensino, na qual atuo, há cinco anos, como professor das séries iniciais do Ensino fundamental. Nas considerações finais, analiso uma experiência específica, que vivenciei na escola. Tal experiência me levou a abrir caminhos de reflexões e indagações acerca da relação que se estabelece entre a ordem burocrática, necessária, que rege o funcionamento da escola e a cruel realidade de um jovem trabalhador-morador de rua, que desejava fazer sua matrícula na EJA.

Palavras-chaves: Educação; Sistema de Ciclos e sociabilidades.

Entendo que para pensar a problemática da Educação no Brasil, hoje, faz-se necessário algumas releituras. Nesse sentido, a faço à luz das contribuições de Anísio Teixeira. Porém, o que tenciono é não só uma releitura historiográfica dos processos históricos de escolarização no país. Mas, sobretudo, um estudo importante para a

¹ O autor é doutorando em Educação, na Universidade Federal fluminense – UFF. E-mail: rodrigotor4prof@yahoo.com.br ou torquatoprof@hotmail.com

compreensão de algumas políticas educacionais, como por exemplo, o Sistema de Ciclos de algumas Redes de Ensino público.

Para Anísio Teixeira, o Brasil é um país cuja marca histórica-política da sua formação é a predominância do que ele chamou de dualismo. Ou seja, para esse estudioso da Educação brasileira, a nossa sociedade fundamenta as suas bases estruturais de formação societária em um dualismo histórico escravocrata, bases que permanecem firmes e fortes na mudança do regime político imperial para a República, nas quais foram conservadas e mantida, enquanto estrutura organizativa e política, dentro de uma lógica bipolar e dual entre as classes governantes (elites dominantes que comandam a distribuição dos bens sociais produzido pelo trabalho) e povo.

Anísio Teixeira foi um dos primeiros intelectuais, no início do século XX, cujas idéias e proposições ecoaram para muito além do campo acadêmico, permeando fortemente nos circuitos políticos, que influenciaram modelos de políticas públicas educacionais não só na sua época, mas que regem, até hoje, a educação brasileira. Muitas vezes aparecem com novas roupagens, porém, na base dos discursos ecoa o pensamento da escola nova.

Outros pensadores, certamente, fizeram parte dessa efervescência político-educacional, e, também, estão no bojo de tais influências. Duas grandes referências são Lourenço Filho (2002) e Durmeval Trigueiro (MENDES, 2000). Entretanto, para o que interessa, aqui, e, principalmente, por uma questão de limitação de tempo-espço, o presente estudo é um esforço de sistematização e tensionamento entre as principais idéias de Anísio Teixeira, contidas no livro “Educação não é privilégio”, e a experiência da proposta de Ciclos, da Rede municipal de Niterói, consubstancializada nas práticas curriculares de uma das escolas dessa mesma Rede.

A pretensão, é a de estabelecer uma relação entre as proposições do autor, principalmente a que sugere uma escola pública comum (para a formação de hábitos e comportamentos na construção de um país forte e desenvolvido), com o discurso oficial e a implementação da proposta de Ciclos, implementada na Rede Municipal de Niterói. Para esse diálogo-tensionamento faço uso das minhas observações e vivências nessa Rede de Ensino, na qual atuo, há cinco anos, como professor das séries iniciais do Ensino fundamental.

Por fim, faço breves considerações partindo de uma experiência específica, que vivenciei nessa escola. Tal experiência me levou a abrir caminhos de reflexões, a partir das indagações que a situação suscitou, principalmente no que diz respeito à relação que se estabelece entre a ordem burocrática, que rege o funcionamento da escola e a cruel realidade de um jovem trabalhador-morador de rua, que desejava fazer sua matrícula na EJA.

Há plena consciência, do autor deste estudo, que a pretensão de esgotar esse assunto é, no mínimo, ingenuidade acadêmica. Portanto, o estudo que aqui me proponho é, apenas, um dos fios que complementa a complexa rede de investigação e pesquisa na qual estou entranhado no Doutorado.

Educação não é privilégio

Anísio Teixeira parte de uma premissa fundamental: a sociedade brasileira foi fincada enquanto estrutura organizativa e ideológica de país, na lógica da dualidade entre elite e povo, entre os governantes e os comuns. Desestruturar essa dualidade e refazer a concepção de país passa, fundamentalmente, segundo o autor, pela educação pública, mais especificamente através da escola de base comum a todos os brasileiros.

O dilema da dualidade não é algo simples de resolução, pois foi incrustado nas subjetividades através do uso da força, em um processo de subalternização concretizado a partir da escravidão do Brasil. As marcas de uma história escravocrata não se apaga sem luta e sem uma ação sistêmica. Tais marcas históricas trazem uma indelével rasura no plano das vidas cotidianas, hoje.

Na proposição do autor em questão, a escola de base, comum a todos, seria o equalizador dos processos relacionais interclasses, que possibilitaria a quebra das relações que tornam possíveis a reprodução das estruturas hierárquicas da nossa sociedade. O autor sugere que:

Exatamente porque a sociedade é de classes é que se faz ainda mais necessário que as mesmas se encontrem em algum lugar comum, onde os preconceitos e as diferenças não sejam levados em conta e onde se

crie a camaradagem e até a amizade entre os elementos de uma e outra. Independente da sua qualidade profissional e técnica, a escola pública tem, assim, mais essa função de aproximação social e destruição de preconceitos e prevenções. A escola pública não é invenção socialista nem comunista, mas um daqueles singelos e esquecidos postulados da sociedade capitalista e democrática do século dezenove (p. 103: 2007).

Ao final dessa citação é possível perceber o quanto de responsabilidade social e política Anísio Teixeira designava à escola pública. É importante ressaltar que, nessa época, o autor estava muito deslumbrado com o tipo de democracia que ele percebeu nas suas observações e pesquisas acerca do sistema de ensino dos Estados Unidos. O autor destaca vários aspectos de tal sistema, como exemplos a serem seguidos. Ele versa sob longos elogios ao que constatou em suas viagens àquele país e distingue a sua organização escolar do modelo francês de escola pública. Chega a afirmar que: “Apesar de havermos copiado as instituições políticas à América do Norte, não lhe copiamos as instituições educativas” (p.59: 2007). Tal admiração pelos USA lhe rendeu muitas acusações e rótulos de liberal, reacionário etc. Nesse ponto da sua discussão o autor demonstra uma forte marca de uma concepção linear de progresso e desenvolvimento. Dedicou, inclusive, um subtópico cujo título é: “O arcaísmo da escola brasileira”, no qual traça uma breve cronologia histórica da “evolução” da instituição escola.

É preciso deixar claro que não podemos desconsiderar a sua experiência nos Estados Unidos da América. Não concordo com opiniões generalizadas que diabolizam esse país, desconsiderando a sua multiplicidade de relações humanas e culturais que constituem o seus espaços relacionais e territorial. Muitos dos nossos autores e estudiosos importantes obtiveram grandes avanços intelectuais após suas vivências naquele país. Me parece que o mais importante nessa discussão é pensar sobre o que trouxe de contribuições a experiência de Anísio Teixeira, e qual a sua influência, no campo das políticas educacionais brasileiras.

Anísio Teixeira elaborou um grande número de proposições para a educação brasileira, em uma perspectiva mais ampla. E, também, propôs inúmeras teses e planos para a escola pública de base. Muitas de suas proposições vigoram, hoje, sob novas

roupagens. Considero importantes alguns destaques, principalmente, quando contextualizamos o autor na primeira metade do século XX.

O fio condutor das proposições de Anísio é a ruptura com o sistema educacional que possibilitava a reprodução da sociedade dualista (elite – povo). Nesse sentido, um ponto fundamental foi a proposta de descentralização e autonomia dos sistemas de ensino brasileiro, rompendo com a tradição imperial e escravocrata que se pautava “no sistema” e não na “pluralidade de sistemas”: municipal, estadual e federal. O autor entendia que:

Toda unificação imposta e forçada é, nesse sentido, uma fragilidade, e trabalha no sentido da ossificação de nossa cultura, dificultando-lhe a diversificação saudável e revitalizante.

Portanto:

A grande reforma da educação é, assim, uma reforma política, permanentemente descentralizante, pela qual se criem nos municípios os órgãos próprios para gerir os fundos municipais de educação e os seus modestos mas vigorosos, no sentido de implantação local, sistemas educacionais (p.70: 2007)

Com isso, ele impulsiona uma reflexão que coloca a escola em um outro patamar, no que tange a responsabilidade política na transformação da sociedade. Esta é uma outra importante contribuição, e a que mais interessa neste estudo. Ou seja, ele abre espaço para que possamos verificar e investigar os impactos das políticas nas escolas, e, conseqüentemente, os desdobramentos da proposição de uma base de formação inicial obrigatória e comum para todos os brasileiros, nesta sociedade independente da classe social de cada estudante. A escola pública de base seria o ponto de encontro interclasses.

Nessa perspectiva, ele puxa, com suas proposições acerca da organização das escolas públicas, um dos primeiros fios que servirá, décadas depois, para justificar e alinhar o emaranhado de fios que tecem outras teias de proposições pedagógicas. Como por exemplo, atualmente, a proposta de Sistema de Ciclos em algumas redes municipais. Vejamos como foi pensado e organizado o Sistema de Ciclos em Niterói, e como tal proposta, e seus desdobramentos nas práticas curriculares de uma das

escolas da Rede, tem conexão, ainda que não explicitada, com as proposições indicadas, na primeira metade do século XX, por Anísio Teixeira.

O sistema de ciclo em Niterói: alguns desdobramentos

A discussão sobre o Sistema Educacional Brasileiro tem, constantemente, colocado em pauta a questão da qualidade do ensino público. Penso que é preciso questionar e refletir sobre os discursos que objetivam democratizar o acesso aos conhecimentos, que historicamente são valorizados e garantem a determinados grupos da sociedade, gozarem de privilégios (TEIXEIRA, 2007).

Excluídos das condições mínimas que possibilita o avanço na escolarização, muitos alunos das classes populares abandonam a escola em busca de saberes que possam trazer resultados mais imediatos para sua vida. Essa estratégia de sobrevivência, não compreendida ou não considerada por muitos estudiosos, e infelizmente, por muitas escolas, obstaculizam as iniciativas individuais de alguns ex-alunos, que tentam regressar ao meio escolar. Ou seja, a produção do “fracasso escolar” cria mecanismos que mantêm os obstáculos de acesso e permanência dos mais pobres, para além do momento em que eles abandonaram a escola. Para aprofundar um pouco mais nessa problemática dedico as considerações finais deste trabalho, pois acredito que faz-se necessário uma reflexão mais aprofundada nessa questão.

Entendo que tentar compreender o Sistema de Ciclos, implementado em Niterói, pode nos trazer alguns sinais que ampliem os caminhos de investigação, na tentativa de compreensão deste labirinto complexo, que é o universo das relações na escola.

Breve histórico

A proposta do Sistema de Ciclo em Niterói traz no seu discurso a idéia de que se faz necessária uma mudança no Sistema Educacional Seriado, que está consolidado por um paradigma moderno cientificista, e que tem sua raiz fincada na fragmentação do

conhecimento. A justificativa está focada na questão do fracasso escolar. Acredita-se que a expansão do tempo letivo de aprendizagem, que no Sistema Seriado é de um ano e no Sistema de Ciclo varia de dois a três anos, pode reverter o quadro de evasão escolar, apontada nas estatísticas por diferentes órgãos de pesquisas.

A questão do tempo de aprendizagem não é uma problemática nova. Ao contrário, é um tema central na problemática histórica da concepção de escola primária pública que teve origem no Brasil.

A experiência brasileira – e possivelmente latino-americana – de escola primária foi, até agora [década de 50], uma experiência de escola primária para uma parcela da população e não para toda a população escolar (Teixeira, p. 160: 2007).

E, com isso:

No Brasil, a escola primária, embora ainda para poucos, passou por duas fases. Primeiro organizou-se segundo o modelo reinante na Europa (...). Reproduzia-se o dualismo educacional corrente na Europa e, sobretudo, na França, onde se buscara inspiração (p. 161:2007)

Na segunda fase, ainda segundo Teixeira (2007), buscou-se democratizar a escola primária. Porém, o recurso adotado para isto foi a redução do tempo. A proposta era alfabetizar o povo brasileiro. Com isso, “a escola primária passou a constituir uma escola popular de alfabetização, sem articulação nem com as escolas vocacionais nem com as escolas acadêmicas” (p.162-163: 2007).

O autor apontava para um problema estrutural e histórico de como era concebida a compreensão de acesso à escola. Tal escola, chamada de escola seletiva, era fundamentada a partir de uma idéia de qualidade que se pautava mais no esforço individual do aluno do que nos programas e métodos.

Esse é um ponto importante de diálogo com a proposta, aqui analisada. O processo de implantação do Sistema de Ciclos em Niterói iniciou-se a partir de uma proposta pedagógica: “Construindo a escola do nosso tempo”, em 1999. Entretanto tal proposta é fruto de um processo histórico anterior. Em 1994, foi apresentada pela então Secretária Municipal de Educação, Professora Lia Faria, uma proposta de avaliação

continuada para o núcleo de alfabetização. Essa proposta tornou-se documento oficial (Portaria FME 530/94), e referia-se apenas ao 1º segmento. Em 1995, à edição desta Portaria foi incorporado o 2º segmento. Estava, então, colocada para todo o antigo 1º grau.

Naquele momento os discursos propagados pela prefeitura da cidade apresentavam como meta aumentar a permanência das crianças nas salas de aulas e evitar a evasão escolar². Mesmo sob esse discurso, somente em 1999 foi implantada na Rede Municipal de Ensino a nova proposta denominada: “Construindo a escola do nosso tempo”, instituindo, assim, o Sistema de Ciclos para todo o Ensino Fundamental.

A justificativa

O que balizou a justificativa da implantação do Ciclo em Niterói foi a constatação, por diversos núcleos de pesquisas, da grande evasão escolar que permeava os Sistemas de Ensino Público, no Estado do Rio de Janeiro e em todo o Brasil. Em 1995, por exemplo, ano que teve início o processo de articulação política para a implantação do Ciclo (que só ocorreu em 1999, como já foi dito acima), a cidade de Niterói possuía 442.786 habitantes (IBGE) e 42 escolas municipais, com 16.470 crianças matriculadas e 59.201 crianças matriculadas em escolas estaduais³. A partir desses dados o prefeito da época (João Sampaio), em entrevista, anunciou a meta de ampliar o número e a permanência das crianças nas escolas. Uma das propostas que surgiu em função dos dados anterior ao Ciclo, mas que serviu de base para a sua implantação, foi a avaliação continuada (que ficou conhecida popularmente como aprovação automática). Essa proposição, segundo o documento da FME, possibilitou a organização da escola em ciclos, em 1999. Foi entendido que a situação de evasão constatada, não se restringia somente ao Município de Niterói, mas se estendia a todo o Brasil. Assim, a questão da distorção série-idade teve como principal ponto de relação a repetência. E esse foi o principal problema a ser enfrentado na época, pelas autoridades educacionais.

² Ver Jornal O globo, 06 de agosto 1995.

³ Dados retirados da nova proposta pedagógica para a Rede Municipal de Educação de Niterói, que foi apresentada em 2007, pela FME, à toda equipe e professores (as) das escolas da Rede.

Nessa conjuntura, a professora Lia Faria, na época Secretária de Educação em Niterói, instituiu para o 1º segmento do ensino fundamental uma nova sistemática de avaliação. Para Rocha e Silva (1999, p.13) essa nova proposta de avaliação, na prática, era uma transformação da antiga proposta de avaliação continuada, em “promoção automática compulsória”. O próprio documento da Rede (“Construindo a escola do nosso tempo”) reconhece que a estratégia de “promoção automática” gerou um outro problema. Surge a distorção nível de conhecimento/série, recaindo sobre o professor toda a responsabilidade para suprimi-la, sem que fosse oportunizada a discussão e decisão da implantação da proposta.

Derivado das constatações feitas na experiência vivenciada chegou-se à conclusão de que a situação estava insustentável e que precisaria mudar o rumo. Ocorre daí, segundo a própria justificativa contida na proposta para 2007, no documento oficial divulgado nas escolas, a opção pela organização do ensino em ciclos, para a Rede Municipal de Niterói.

A atual proposta de Ciclos

A política educacional de Niterói continua investindo na tentativa de avançar no debate sobre a concepção de ciclos e na sua operacionalização. Em outubro de 2005 chega às escolas da Rede o documento preliminar para a reorganização do ensino fundamental, no intuito de um novo debate sobre a proposta, visando a estrutura um novo direcionamento para a configuração dos ciclos. Um dos aportes teóricos era a noção de construção de um “ciclo virtuoso”, que busca romper com o “ciclo vicioso”.

Os ciclos aparecem, então, como uma outra possibilidade estratégica e alternativa de organização do tempo e do espaço escolar. Nesse sentido, os ciclos são compreendidos a partir de dois princípios fundamentais: o desenvolvimento humano, entendido como ciclos de formação; e o desenvolvimento cognitivo, compreendido como ciclos de aprendizagem.

Os ciclos de formação consideram as fases de desenvolvimento humano. A formação inicial dos agrupamentos (antigas turmas) passa a ser organizada de acordo com as fases de desenvolvimento de cada aluno: infância, adolescência e juventude.

Como medida de flexibilização é proposto que se considere as características pessoais, culturais e sociais dos estudantes. O ciclo alonga o período entre idades e possibilita uma inter-relação entre os interesses dos alunos, entendendo que isto é fundamental para a articulação do processo de ensino e aprendizagem.

Outro pressuposto é o ciclo de aprendizagem. Esse pilar é entendido como possibilidade de alargamento do tempo, uma vez que um ciclo se estende de dois a três anos de escolarização num mesmo grupo de referência. Não há as reprovações de no ciclo, estas só acontecem, em caráter de retenção, entre ciclos.

Assim, essa Rede de ensino, além de considerar a idade está, também, considerando as experiências, oriundas das vivências nas fases em que se encontram os alunos. O objetivo, contudo, segundo o atual Documento, é de identificar as marcas da Rede Municipal de Niterói, defendendo que:

“Se em um dado momento histórico a organização do ensino em séries pretendeu acolher as necessidades de uma determinada sociedade, hoje, nos parece imprescindível avaliarmos as melhores estratégias para atender as demandas que se impõem à sociedade em que estamos inseridos.”⁴

Para a operacionalização da Proposta, a nova organização da escola foi estruturada a partir de dois conceitos-chaves: Agrupamentos e Reagrupamentos. Para colocar em prática o primeiro conceito, foi adotado com principal critério, para a organização do agrupamento, a noção de Grupos de Referências (GR). É a organização dos alunos respeitando a idade de cada um, na perspectiva de garantir os interesses pertinentes a cada faixa etária.

O segundo conceito está relacionado a construção de estratégias de apoio aos alunos. É uma possibilidade de rearranjo dos grupos durante o ano letivo, sem que fique preso aos aspectos burocráticos ou de uma decisão unilateral, durante o percurso dos alunos no ciclo. Essa possibilidade estratégica foi denominada Reagrupamento. Tal estratégia permite (mas não é obrigatória) reorganizar os alunos em outros grupos, desde o início do ano letivo, de várias formas, que podem ser decididas pelos professores e equipe pedagógica, tanto pela opção de reagrupar por potencialidades ou

⁴ Retirado da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Educação de Niterói, 2007.

por níveis de conhecimentos de algumas áreas, quanto por não fazer ou parar num determinado período, de fazer os Reagrupamentos.

Para cada Grupo de Referência é destinado um professor de referência, que assume o grupo nos aspectos burocráticos de diário e, também, na relação mais constante e direta com o grupo. Porém, há a figura de um outro professor, cuja denominação fica a critério de cada unidade escolar, mas que algumas têm chamado de Professor (a) Articulador. Este (a) tem a função de articular o desenvolvimento dos Reagrupamentos e, principalmente, participar de atividade em todos os grupos para que possa apoiar os Professores de Referência, com uma visão do macro e com um *feedback* do processo.

Um último aspecto relevante é o processo de avaliação. Nessa organização a proposta é a de que se componha um Conselho de Avaliação de Ciclo. Este Conselho é uma instância de reflexão e de deliberação sobre os aspectos que identificam os limites encontrados no decorrer do período letivo e que buscam elaborar estratégias específicas e sistematizadas para o trabalho do próximo período letivo.

Estrutura e localização da Escola

A escola pesquisada situa-se na interseção de três favelas, cujas constantes disputas do tráfico de drogas e os enfrentamentos deste com a polícia refletem na dinâmica escolar. A escola está organizada em três turnos. A observação foi feita no segundo turno. Este turno é composto apenas pelo primeiro e segundo ciclo, num total de nove turmas, com faixa etária entre 7 e 13 anos. Nos outros dois turnos (manhã e noite) funcionam terceiro e quarto ciclos e EJA.

Em 2007, a Rede Municipal de Niterói apresentou uma nova proposta para implementação do ciclo, incluindo reivindicações feitas no decorrer dos anos anteriores pelos professores e orientadores das escolas desta Rede. Esta nova tentativa gerou um grande debate logo no início do ano, visto que, entre outras coisas, seria necessária uma reestruturação de todas as turmas e todo o funcionamento organizacional da escola. O primeiro ponto de tensão foi a nova organização das turmas, que agora passou a ser denominada grupos. Tais grupos não poderiam mais ser organizados pela

equivalência de conhecimento dos alunos e sim pela faixa etária. Isso causou um furor entre professores e equipe, visto que existia certo encadeamento natural de um ano para o outro. Essa nova organização agrupou alunos que se encontravam no primeiro ano de escolaridade junto com aqueles que estavam no quinto ano de escolaridade. Ancoradas nos pressupostos teóricos, citados acima, a Rede Municipal de Niterói impôs esta determinação.

Para a implementação do trabalho na escola foram separados os grupos que atuariam nos ciclos distintos (primeiro e segundo ciclos). Para cada ciclo, com quatro turmas, foram designados cinco professores, destes um foi escolhido pelo grupo docente e pela equipe técnico-pedagógica para ser o professor denominado “articulador”. A função deste professor articulador não estava definida no documento da Rede, o que abria um espaço (e esse era um dos objetivos da proposta da Rede) para se criar os elementos que caracterizariam a função deste professor na proposta do ciclo para esta escola.

O Segundo Ciclo: agrupamentos e reagrupamentos

A tentativa de responder a esta questão fez com que todos os envolvidos no segundo ciclo repensassem a sua função dentro da escola. Como elaborar uma resposta metodológica para aquilo que ainda não conhecíamos? A primeira resposta que veio, foi admitir que não sabíamos lidar com esta situação imposta pela Rede, mas que estávamos acreditando na proposta e que iríamos “vestir a camisa”. Porém, deixamos claro para os pais que estávamos conscientes da responsabilidade que tínhamos com o processo de ensino-aprendizagem de cada aluno. Foi decidido que todos os passos, a partir daquele momento, seriam registrados e historicizados.

Preocupados com as indagações levantadas, não só pelos pais dos alunos, mas por todos que estavam envolvidos no processo, principalmente no que diz respeito ao nível de conhecimento dos conteúdos escolares de cada aluno, foi decidido que iríamos utilizar uma estratégia pedagógica, que estava proposta no documento oficial da Rede, denominada Reagrupamentos.

Estes Reagrupamentos foram uma forma de tentar dar conta das indagações que nos preocupava. Durante a semana, os grupos de alunos seriam reagrupados, em dois dias distintos, um por níveis de conhecimento, por “oficinas pedagógicas” nas quais os grupos circulariam por vários professores (incluindo as Orientadoras, numa função de professoras responsáveis pela organização e realização das atividades). Para a operacionalização desta proposta foi feito um levantamento diagnóstico do nível de conhecimento escolar dos alunos, predominantemente nas áreas de linguagem e escrita. Feito isso, o professor articulador foi encarregado de mapear, por nível de conhecimento, os alunos do segundo ciclo. A partir daí foi constatado que a maioria dos alunos com idade desproporcional ao ano de escolaridade que estavam agrupados, apresentavam um alto déficit de conhecimento dos conteúdos escolares básicos para o segundo ciclo.

A maior preocupação nossa, e também dos pais, ainda que de forma não consciente, com a implementação da proposta de Ciclos, era com a tendência de “simplificação destrutiva” apontada por Anísio Teixeira. Para ele:

Os brasileiros depois de 1930 são todos filhos da improvisação educacional que não só liquidou a escola primária, como invadiu os arraiais do ensino secundário e superior e estendeu pelo País uma rede de ginásios e universidades, cuja falta de padrões e seriedade atingira as raias do ridículo, se não vivêssemos em época tão crítica e tão trágica, que os nossos olhos, cheios de apreensão e de susto, já não tem vigor para o riso ou a sátira (p.176: 2007).

Para lidar com esse dilema histórico e tentar avançar nesta problemática, os alunos foram organizados por níveis de conhecimento. Cada professor deste ciclo assumiu um nível de escolarização. Para o nível inicial foram designados os alunos em processo de alfabetização. Para o que foi chamado de nível intermediário foram incorporados os alunos que mesmo sem alcançarem os objetivos curriculares propostos pela Rede para aquele ciclo, ainda assim encontravam-se na média dos alunos do ciclo. E no último nível foram encaminhados os alunos que correspondiam às expectativas curriculares do segundo ciclo.

Os encontros visavam atender a dois eixos pedagógicos, em dois dias: às sextas-feiras, a ênfase era nos conteúdos de leitura e escrita e os alunos em seus

níveis eram acompanhados por uma professora de referência neste processo. A outra forma de organização, que acontecia às quartas-feiras, enfatizava os aspectos do desenvolvimento da oralidade e argumentação, do pensamento crítico e dos princípios de convivência coletiva e cidadã.

Logo percebemos a extrema dificuldade desta tentativa de organização, pois os grupos nestes dias ficavam muito agitados, com alto índice de indisciplina e muitas reclamações por parte do corpo docente, que argumentava não estar conseguindo realizar as aulas.

Corpo docente e a equipe envolvida

O corpo docente era formado por um grupo de professores com muita experiência e que já tinham vivido outras propostas de outros governos anteriores para a Rede Municipal e que por isso, tinham receio de participar de propostas que lhes pareciam de cunho eleitoreiro. Durante as reuniões de equipe foi estabelecido que acataríamos a proposta da Rede, desde que ao final do ano letivo, todos estivessem de acordo em elaborar um documento que apresentasse os resultados deste processo, discutindo os impactos do sistema de ciclos no cotidiano da escola e do processo de ensino escolar.

O desenvolvimento deste trabalho forçou uma horizontalização nas hierarquias da escola. Orientadores, supervisores e a direção passaram a dialogar em paridade visto que, tudo o que acontecia era novo para todos os profissionais. Passamos a fazer uma nova construção das próprias funções da escola. Esta talvez foi e é uma das maiores potências da proposta dos Ciclos, no que diz respeito a uma possibilidade de gestão democrática.

Considerações Finais: “SEM ENDEREÇO NÃO POSSO MATRICULAR”!

Após apresentar, neste trabalho, um corpo de proposições universais, oriundos das idéias-teses de Anísio Teixeira, e, também, um dos desdobramentos possíveis de uma Política Educacional para uma Rede de Ensino Municipal, dentro de uma escola,

parto, agora, do relato de uma situação do cotidiano de uma escola, para uma análise reflexiva acerca da complexidade de um todo contido no específico. Tal situação permite problematizar um dos principais dilemas que, até aqui foi tratado, e que cercam as tentativas de universalizar o acesso de todos, à escola. Falo, portanto, da relação complexa entre burocracia escolar, que visa enquadramentos em modelos. Na tentativa, por exemplo, de um jovem, que um dia abandonou a escola, e, anos depois, a ela voltou para tentar fazer sua matrícula. O jovem em questão sobrevive fora de modelos convencionais. Mas, através das táticas inventadas nas imprevisibilidades do cotidiano de um morador de rua. Situação com que ele se depara no momento da matrícula.

Segue o relato.

Cheguei a escola, no turno da tarde, e me deparo com uma situação de conflito entre a coordenadora de turno e a secretária da escola. Vou descrever a situação para possibilitar ao leitor uma imagem, ainda que seja como reflexo de uma narrativa, mais nítida da cena e do cenário.

Ao entrar no *hall* de atendimento da escola me deparei com algumas caixas de isopor e alguns materiais que sugeriam ser de um vendedor ambulante de rua, típico dos centros urbanos. Entre os materiais havia, também, latinhas usadas e amassadas dentro de um saco e outro objetos recicláveis. O volume dos materiais ocupava uma boa parte do corredor, o que, inevitavelmente, modificava o padrão cotidiano de uso daquele espaço. De pé, em frente à porta de passagem para o acesso administrativo da escola e a sala dos professores, estava um rapaz negro de, aparentemente dezoito anos, conversando, num clima tenso, com a secretária da escola e com a coordenadora de turno. Não pude deixar de ouvir o assunto em questão e passei a fazer uma escuta da discussão.

O que estava em debate era a decisão acerca da iniciativa do rapaz de matricular-se na EJA daquela escola. O ponto central do conflito envolvia a necessidade burocrática, segundo a secretária da escola, do aluno ter um endereço dentro de um determinado padrão, para o preenchimento da ficha de matrícula. Ao ser perguntado pela secretária: “qual é seu endereço?” O rapaz respondeu: “Eu moro na rua. Embaixo da marquise do Banco Itaú. Ali na rua Amaral Peixoto.” A secretária, num

súbito exaltar da voz, disse: “Como assim? Você não tem endereço? Sem endereço não posso matricular!” O rapaz insistiu: “minha senhora, eu moro na rua. Trabalho como ambulante vendendo bebidas na praia, catando latinhas etc. À noite eu durmo em frente ao Itaú. Estou vindo aqui porque quero voltar a estudar.” A secretária, enfaticamente, reafirmou: “sem endereço não posso matricular!”

Nesse momento, a coordenadora de turno intervém e indaga à secretária: “o rapaz não disse aonde mora? Coloca o endereço de onde ele disse que dorme, em frente ao Itaú, na rua Amaral Peixoto. A secretária, ainda relutante, fez uma outra pergunta ao rapaz: “qual é o CEP de lá?” O rapaz olhou para mim e para a coordenadora e disse: “realmente está muito difícil!”

Trago esse relato, à guisa de breves considerações finais, para mostrar o quanto a proposição de escola comum para todos está distante de se tornar realidade e de dialogar com sociabilidades criadas nas entranhas do capitalismo (na sua versão mais cruel), porém, fora da ordem burocrática burguesa na qual essa mesma escola foi constituída. A escola que temos, pelo menos enquanto organização burocrática, ainda está, predominantemente, arraigada a um sistema seletivo, já apontado por Anísio Teixeira (2007) desde o início do Século XX. A concepção linear e unilateral de possibilidade de organização burocrática não contempla a cruel realidade dos *debaixo*. O autor, na época, participou de uma experiência educacional denominada Centro de Educação Popular, ao qual ele tentava demonstrar a possibilidade concreta de se fazer uma escola de qualidade comum a todos. Entretanto, sublinha que tal experiência é um processo “custoso e caro porque são custosos e caros os objetivos a que visa. Não se pode fazer educação barata – como não se pode fazer guerra barata” (Teixeira, p.178: 2007).

Referências

MENDES, Dumerval Trigueiro. **O planejamento educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUEJ, 2000.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da nova escola: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. 14 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho federal de Psicologia, 2002.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Educação de Niterói**, 2007 (mimeo).

TEIXEIRA, Anísio Espínola. **Educação não é privilégio**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____ **Educação é um direito**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

_____ **Educação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.